Democracia Socialista
EM TEMPO 354 Publicação da Democracia Socialista - Tendência do Partido dos Trabalhadores Ano III - Nº 26 - Julho de 2010

Uma hegemonia em construção

Eleições. Com a campanha nas ruas, identidade democrático-popular deve ganhar força.

Paulino Menezes/PT

A vez das mulheres. Convenção do PT, em junho, oficializou candidatura Dilma.

Estamos frente a um cenário positivo para a eleição de Dilma presidenta e para uma ampla vitória do PT. Esse cenário somente se configurará depois de muita disputa, e extremamente dura, concentrada no tempo da TV e da mobilização político-eleitoral na rua, mas sob a perspectiva de uma grande vitória. Nesse sentido, abordamos o que nos parecem três aspectos essenciais: a derrocada da antiga hegemonia neoliberal; a construção de uma nova hegemonia política (a partir de Lula) em torno da candidatura Dilma; e o lugar do PT na vitória possível que está se delineando.

Está ocorrendo a formação de uma maioria política – ou, mais corretamente, uma hegemonia em construção – na sucessão de Lula, fortemente identificada com ele e com o governo, que precisa completar-se com a "utopia concreta" do futuro do Brasil pós-Lula, mas com Lula, com o PT e, obviamente, com Dilma presidenta. Para fortalecer esse processo, Dilma, que já representa um legado com sentido democrático-popular, deve assumir uma identidade socialista-democrática. E é o PT que assegura essa identidade, essencial para que, além da continuidade de um projeto, se acentue o seu avanço qualitativo.

Página 3

Programa. Além da inclusão social, desafio é promover inclusão política

Aprofundar a revolução democrática

O Estado que assumimos ao vencer as eleições de 2002 já passou por mudanças importantes, inclusive no campo da participação política. No entanto, diante da possibilidade de uma inclusão social ainda mais ampla que a que tivemos nos últimos 8 anos, é fundamental combiná-la com novas conquistas democráticas na participação popular.

O apoio expresso pela população ao Governo Lula vem especialmente dos setores mais pobres da população. Nesse contexto, a defesa de uma plataforma especificamente democrática ganha muita força e é complemento obrigatório ao programa econômico e social.

Página 8

Antônio Cruz/ABr

Participação. Conferência de Economia Solidária foi uma das 68 que aconteceram em 8 anos.

Nesta edição:

Inimigo da América página 2 ■ Rio Grande do Sul: Para entrar no ritmo do Brasil página 4
São Paulo: O desmonte do estado e a oposição necessária página 4 ■ Entrevista: Elvino Bohn Gass página 5
O papel da juventude nas mudanças página 6 ■ NDH3: Leitura obrigatória para a esquerda página 6
Eurocrise: Quem vai pagar a conta? página 7 ■ Paraguai: A unidade popular contra o golpismo página 7

Inimigo da América

Perseguido. Documentário aborda participação política de Lennon nos EUA.

Ramon Szermenta

Ele participou de protestos contra a ocupação americana no Vietnã. Subiu em palanques e discursou pela paz e contra a intolerância. Esteve presente em shows contra a perseguição política nos EUA, denunciou a prisão do poeta John Sinclair e da ativista negra do Partido Comunista Americano, Angela Davis. Logo foi parar nos arquivos da CIA, que abriu inquérito e procedimentos de vigilância contra ele, grampeando seu telefone e seguindo-o passo a passo.

Na sua ficha constava: atividades subversivas, elemento perigoso, ligado a movimentos radicais e de contracultura. Manteve estreitos laços com os Panteras Negras, defendendo o direito de autodefesa armada, e ligações com ativistas considerados radicais por autoridades estadunidenses. Os gringos, então, abrem um processo formal para sua deportação da chamada "terra da liberdade e das oportunidades". E então, o que ele faz? De peito aberto, abre outro processo na Justiça americana contra o governo, por tentar deportá-lo sem justificativa plausível. E o pior: ele ganha.

Não, não estamos falando de nenhum militante da Juventude Comunista ou coisa que o valha. E se você ainda tem um olhar ingênuo e romântico para esse rapaz que nasceu nos subúrbios de Liverpool, ganhou os quatros cantos do mundo cantando com seus cabelos longos e guitarra na mão, é bom começar a mudar a perspectiva. O governo linha dura de Richard Nixon não o via assim. Estamos falando de Sir John Lennon.

Todos esses episódios, entre outros, estão muito bem narrados no documentário "Os EUA vs. John Lennon", de responsabilidade da dupla David Leaf e John Scheinfeld. O filme é de 2006, mas só chegou há pouco tempo aos cinemas brasileiros. Conta com depoimentos de protagonistas da época como John Sinclair; Bobby Seale, dos Panteras Negras; Angela Davis; e claro, Yoko Ono. Os diretores conseguem reconstruir toda a atmosfera de protestos e debates políticos que cercou e tragou Lennon para o centro do

furacão. Vale destacar ainda as participações do escritor Tariq Ali, do historiador Gore Vidal e do linguista e contundente crítico da política estadunidente, Noam Chomsky.

Um roqueiro ativista

É visível, ao longo da sequência, o processo de politização do roqueiro, o que torna difícil, ao longo de sua vida, distinguir o artista do ativista político. Antes de enquadrá-lo sob algum rótulo, o que podemos dizer é que Lennon não ficou indiferente aos acontecimentos que marcaram sua época. O documentário mostra a sua sede de participar e interferir nas transformações do mundo, de forma protagonista e ativa.

Canções como "Give peace a chance" (Dê uma chance à paz) se tornaram verdadeiros hinos da juventude que ocupava Washington em sucessivas manifestações contra a guerra do Vietnã. Cantada por coros de milhares e milhares de jovens em frente à Casa Branca, provavelmente, obrigou as autoridades americanas de plantão a substituí-la pelo barulho de bombas e cacetetes, que, com freqüência, compuseram o cenário. A irreverência e ousadia de John Lennon ajudaram a dar som e voz à indignação de milhões de pessoas ao redor do mundo, sintetizando o sentimento de boa parte da juventude de então, que via nas atitudes desse beatle desgarrado um gesto de referência, como bem destaca o emocionante depoimento de Tariq Ali.

Sem cair na tentação conspiratória a respeito de seu assassinato, em 1980, o documentário deixa evidente que o ambiente criado contra John nos EUA, por suas atitudes políticas, ajudou a suscitar ódio e intolerância dos setores mais conservadores da sociedade, colocando-o na condição de inimigo público e elemento indesejado.

Lennon ajudou a transformar sua época e foi transformado por ela. Em 1972, no auge da popularidade do governo Nixon, que, apesar da guerra, acabava de reelegerse, e enquanto muitos não tinham mais esperança, ele, forasteiro em país estranho, ousou levantar sua voz contra a maré.

FICHA TÉCNICA
The U.S. vs. John Lennon
Diretores: David Leaf, John Scheinfeld
Roteiro: David Leaf, John Scheinfeld
Duração: 99 min.
Ano: 2006
País: EUA

Ramon Szermeta é membro do diretório estadual do PT-SP.

Ernest Mandel e o socialismo com democracia

Na cultura do marxismo da segunda metade do século XX, será difícil encontrar um autor como Ernest Mandel, que tenha, ao mesmo tempo, dado uma contribuição imprescindível à economia política e a uma teoria da transição democrática ao socialismo.

Essa singularidade do marxismo crítico de Mandel certamente se relaciona com o fato de ele dialogar diretamente com a obra de Marx, extraindo dela as fontes de sua renovação para a contemporaneidade. Em parte porque a própria cultura do socialismo democrático vive ainda um período de formação, ficou ainda por ser escrita a contribuição decisiva para uma teoria da transição democrática ao socialismo.

Mandel empenhou todo seu humanismo revolucionário, sua energia, seu conhecimento e sua vasta cultura a serviço da luta pelo socialismo com democracia e da construção do internacionalismo dos povos. Esteve várias vezes no Brasil nos anos 80 e 90, e contribuiu com sua imensa bagagem marxista revolucionária para os debates promovidos pelo **Jornal Em Tempo** e a construção da Tendência Democracia Socialista, sempre acompanhando com muito interesse o desenvolvimento da luta de classes no país, o surgimento da CUT e a construção do PT como partido socialista de massas.

Morreu há 15 anos, deixando importante legado para a organização internacional dos socialistas, base fundamental para a construção do socialismo no século XXI.

Democracia Socialista

Democracia Socialista/Em Tempo
é o jornal da Democracia Socialista, Tendência do Partido dos Trabalhadores, publicação da Associação Caetés.
Equipe de edição:
Alessandra Terribili, Carlos Henrique Árabe, Eduardo Mancuso e Juarez Guimarães
Colaboraram nesta edição:
Carla Bezerra, Eduardo Valdoski, Juliana Terribili, Ramon Szermeta, Raul Pont e Vinicius Macario.
Editora:
Alessandra Terribili
Projeto gráfico e diagramação:
Caco Bisol
Jornalista Responsável:
Alessandra Terribili – MTB 14.779 DRT/RS
Fechamento: 26/julho/2010

www.democraciasocialista.org.br

A conjuntura antes da TV

Dada a largada. Passado o "intervalo" da Copa do Mundo, campanha começa pra valer.

Depois de dois anos de lançada como pré-candidata pelo presidente Lula, Dilma firma-se como favorita em todas as pesquisas, que mostram crescimento contínuo e consistente. Quando se associa a isso o nível de aprovação do governo e se verificam os setores que ainda não foram alcançados pelo debate eleitoral – supondo que a TV joga um papel amplificador na consolidação de todos os aspectos positivos que conformam a identidade político-eleitoral da nossa candidata e chega a todos os setores do eleitorado –, é possível dizer que alcançamos um patamar de favoritismo na corrida presidencial.

O que está ocorrendo é a formação de uma maioria política – ou, mais corretamente, uma hegemonia em construção – na sucessão de Lula, fortemente identificada com ele e com o governo, que precisa completar-se com a "utopia concreta" do futuro do Brasil pós-Lula, mas com Lula, com o PT e, obviamente, com Dilma presidenta.

A explicação superficial (isto é, da imprensa conservadora) para esse fenômeno tem sido a popularidade de Lula ou os altos índices de aprovação ao governo. Essa lógica costuma atribuir aos programas sociais essa aprovação, como se houvesse uma troca utilitária entre o povo pobre e o presidente. Não que esses fatores não existam, mas eles apenas desenham alguns traços de um processo político-social e de um sujeito histórico em formação muito mais substantivo e profundo.

A divulgação de dados econômicos e sociais que mostram que a centralidade da evolução recente do Brasil está na elevação do emprego e da "renda" do trabalho bastaria para desmontar a visão simplista conservadora. A histórica aversão ao povo professada pela direita revela-se, mais uma vez, limitadora da sua compreensão do Brasil.

Injeção de programa

Nossa interpretação do "fenômeno Dilma", em contrapartida, deve partir da compreensão de que o Brasil de hoje está à esquerda quando comparado com 2002, ou seja, que o legado do governo Lula é um país menos liberal e mais "democrático-popular". Desde as conquistas do 1º mandato e, sobretudo, desde o embate do 2º turno de 2006 com Alckmin, que culminou com a derrota do neoliberalismo por um projeto nacional de desenvolvimento democrático e popular; passando pelo enfrentamento da crise internacional sob uma perspectiva de esquerda; Lula conquistou uma larga maioria – uma hegemonia "em construção" – para um projeto de nação com democracia, efetiva participação popular nos frutos do desenvolvimento e soberania nacional. É necessário frisar que esse é um processo em andamento, e que, desde o ponto de vista do programa socialista do PT, esse projeto ainda não alcançou o estágio de democratização (e transformação) do poder, mas sim o de representação no poder de um projeto que tem esse potencial.

Além de representar um legado com sentido democrático-popular, Dilma deve assumir uma identidade socialista-democrática. É o PT que assegura essa identidade, essencial para que, além da continuidade de um projeto, se acentue o seu avanço qualitativo. Essa unidade entre candidatura e partido ainda não está plenamente constituída, mas, como um objetivo determinante, pode e deve ser construída ainda no processo eleitoral.

A fobia anti-PT desenvolvida no seio das classes dominantes sempre motivou intensos ataques ao partido. Profundos equívocos internos, como o de 2005, forneceram pretextos para esse ódio de classe. Mas o PT resistiu, é a referência política para grande parte das amplas massas que se identificam com Lula; é, de longe, o partido preferido pelos que têm simpatia partidária. E, mais importante, o PT aprofundou o seu caráter de partido dos "de baixo" e da classe trabalhadora, em grande medida, em decorrência da ação do governo Lula. Mas não só.

Ainda que parcialmente, o partido superou a crise de 2005 e as vacilações programáticas do 1º governo, afirmando-se dentro das suas melhores tradições socialistas e democráticas. Evidentemente, trata-se de um processo em curso, mas que se reforça com a eleição de Dilma e com a possibilidade de abrir um novo período político mais promissor para a defesa do socialismo democrático. Longe do vaticínio sectário dos que romperam "pela esquerda" – e que hoje vivem uma profunda interrogação sobre seus experimentos partidários –, o PT vem consolidando suas bases nas classes trabalhadoras, o seu programa anti-neoliberal e seu potencial de desenvolvimento socialista.

O PT dentro da luta pela vitória

Muitas vezes se pensa o partido somente pelas suas instâncias de direção; esquece-se de compreendê-lo como referência histórica do governo e de movimentos sociais, sobretudo a CUT. Essa unidade é que deve ser traduzida na disputa política e na construção da identidade socialista-democrática da candidatura presidencial da companheira Dilma.

Em torno da candidatura Dilma se estrutura uma ampla frente, mas depende do PT imprimir à hegemonia política em construção uma perspectiva socialista democrática: essa é a razão fundamental da exigência do papel de direção do PT sobre o conjunto da campanha. Esse papel não compete apenas à direção formal do PT – que tem, por certo, tarefas insubstituíveis que precisa cumprir –, mas à direção real do partido, o que inclui sua presença no governo e nos movimentos sociais. E certamente, nessa dimensão ampliada e real de direção partidária, Lula e Dilma têm lugar destacado de liderança. Nada mais equivocado do que considerá-los "externos" à direção real do partido.

Cabe a essa direção real e ampliada – naturalmente, ouvindo os partidos aliados, principalmente os de esquerda – sintetizar o programa para o próximo governo, para o qual nosso 4º Congresso deu uma contribuição importante que deve se somar às práticas e conhecimentos mais avançados conquistados no governo e às contribuições dos movimentos sociais.

Muito mais que um documento, o programa é um elo a ser construído com a ampla base social que apoia nossa candidatura. E que pode se movimentar em defesa dessas posições. Nesse sentido, é fundamental uma campanha "programática". Sempre que a nossa candidatura assume essa postura, a direita recua e fica ainda mais na defensiva.

De outro lado, não há hegemonia sem força. É fundamental que o PT cresça dentro da vitória de Dilma. Nisso se destaca a conquista de governos estaduais, e de estados onde o PT, ainda que não lidere a chapa majoritária, tem papel fundamental, sobretudo aqueles encabeçados por partidos de esquerda. Essas são vitórias que, junto com a eleição presidencial de Dilma, aprofundam a mudança na correlação de forças.

Neste contexto de extrema defensiva das forças neoliberais no plano nacional, há bastante legitimidade para se avançar no programa de transformação do Brasil e na conquista de novas posições que aprofundem a revolução democrática que temos defendido.

Paulino Menezes/PT

Mulher candidata. Dilma e Lula com Maria da Penha, na convenção do PT.

A derrocada neoliberal: profunda, mas desigual

Dificuldades. Campanha serrista não se estabiliza e vê até debandada de aliados.

A estagnação de Serra nas pesquisas desde que está na praça como candidato revela, em primeiro lugar, a incapacidade de se restaurar a hegemonia neoliberal. A dificuldade de reorganizar o amplo campo da direita mostra-se nos seus palanques estaduais e mesmo na dificuldade de unificar o PSDB. Isso ficou claro também no episódio da indicação do vice de Serra, cômico e esvaziado de qualquer potência política.

Serra expressa hoje incapacidade de formular uma alternativa nacional frente ao governo Lula, oscila entre o mimetismo e a oposição. Sua essência neoliberal está no caráter anti-PT e anti-esquerda que encarna. Já se disse que ele não seria propriamente um candidato de direita, mas da direita. Se algum dia essa diferença fez sentido, hoje é puramente semântica. É cada vez mais uma candidatura da direita e de direita. Em certa medida, ele está entre refundar um pólo ideológico opositor ou buscar uma saída eleitoral imediata.

Seria ingenuidade pensar que a direita se expressa somente através da candidatura Serra. Mais ainda, imaginar que interesses das classes dominantes tenham aí seu único conduto, ou que só se apresentariam em momentos eleitorais (e não no processo de governo, em que seus interesses e representantes se mostram ativos e influentes).

O partido da direita é muito mais amplo. Observe-se o papel desempenhado pelos grandes e oligopólicos meios de comunicação. Esse setor desenvolve o maior esforço em "edificar" uma alternativa Serra. Mas, além disso, ele também parece jogar com a sua derrota e começa a buscar condicionar a candidatura Dilma de várias formas, sendo a mais ilustrativa delas a busca de separação cirúrgica entre PT e candidatura Dilma, proclamando o que é aceitável e o que não é (via de regra, o programa "radical" do PT). Esse movimento de contenção já foi visto em outros momentos em relação ao próprio Lula. É verdade, no entanto, que no curso recente, esse amplo partido da direita perfilou-se na oposição a Lula e no ódio ao PT. Quiçá isso nos ajude nos combates contra os cantos de sereia que teremos pela frente.

Para entrar no ritmo do Brasil

Rio Grande do Sul. Disputa tem três candidaturas fortes, Tarso lidera.

Raul Pont

No dia 6 de julho, inicia-se a campanha eleitoral. Serão três meses de propaganda, mobilização, debates e atividades com a cidadania, buscando a vitória eleitoral, e mais do que isso, o avanço da consciência social e da experiência democrática do povo brasileiro. Para nós, esses momentos são de afirmação e consolidação de um projeto político de sociedade – democrático, socialista e igualitário. Essa visão estratégica norteou a preparação do PT-RS para as eleições deste ano.

Em 2009, ao nos anteciparmos ao calendário nacional do PT, construímos a unidade e coesão do Partido em torno da candidatura do companheiro Tarso Genro. Selamos, assim, a candidatura própria do PT, e passamos a dialogar com os partidos aliados. Defendemos, desde o início, que a disputa eleitoral, mesmo quando necessita de alianças, não pode ser desvinculada da disputa de hegemonia e de identidade programática.

Nossa estratégia não ignorou, nem por um momento, a prioridade da candidatura Dilma e da construção de apoios em torno da campanha à Presidência da República, e entende que uma tática eleitoral consistente deve considerar o papel estratégico do PT no desempenho eleitoral, por ser este o partido de Lula e de Dilma. A nós, portanto, cabem as maiores responsabilidades.

Alianças e cenário eleitoral

Cientes disso, não poupamos esforços para reunir, numa mesma coligação, os partidos com quem temos sintonia e identidade política tanto no plano nacional quanto no estado: PSB, PCdoB, PPL (Partido Pátria Livre). A retirada das candidaturas de Ciro Gomes à presidência e do deputado Beto Albuquerque ao governo do RS, ambos do PSB, foi importante nessa coerência de lutas e de programa entre os nossos partidos. Reafirma, ainda, a generosidade maior do projeto político que estamos construindo juntos no Brasil. Em seis estados estamos apoiando as candidaturas do PSB.

Faltando praticamente um mês para a abertura da campanha, já temos um quadro definido no Rio Grande do Sul. A governadora Yeda Crusius concorre à reeleição com PSDB, PP, PPS – partidos mais neoliberais e à direita no espectro político gaúcho – e há pouco fechou também com PRB. Nas pesquisas eleitorais apresentadas até o momento, a governadora tem ficado na faixa dos 8 a 9% das intenções de voto.

O candidato José Fogaça, que renunciou à Prefeitura de Porto Alegre para concorrer, representa a coligação PMDB/PDT. Seu desempenho nas pesquisas eleitorais tem ficado na casa dos 28% a 29%. Carrega consigo a marca das contradições de seu partido no RS. Enquanto o PMDB nacional não só apoia a candidatura de Dilma como também indica o deputado Michel Temer para vice, no estado, o PMDB está dividido entre Dilma e Serra. Enquanto alguns deputados participam de almoço com o candidato tucano, prefeitos, vereadores, lideranças populares já estão em atividades do comitê pluripartidário da candidatura Dilma. Não bastasse isso, o PMDB apresenta candidatura própria ao mesmo tempo em que integra o governo de Yeda Crusius como um dos principais partidos a lhe dar sustentação na Assembléia Legislativa.

O PTB, que está no governo Yeda e definiu-se por José Serra no cenário nacional, depois de esboçar apresentar candidatura própria ao governo, recuou e decidiu manter-se neutro no primeiro turno. Mesma posição adotada pelo DEM.

Campanha na rua

Do nosso lado, a candidatura Tarso tem liderado todas as pesquisas de intenção de voto realizadas até o momento, alcançando a casa dos 35% a 37%. Temos uma candidatura e uma aliança eleitoral identificadas com o projeto nacional representado pelo governo Lula. A opção dos trabalhistas pela coligação com o PMDB não abala as boas relações que temos construídas. Seguimos juntos com o PDT à frente do comitê pluripartidário da pré-candidatura Dilma.

Somos protagonistas e defensores de um programa que tem mudado a cara do Brasil nestes últimos oito anos. Participamos ativamente dessas mudanças. Exemplo disso é o papel desempenhado pelo companheiro Tarso à frente dos Ministérios da Educação e da Justiça. Para nós, ProUni e Pronasci não são discursos, são exemplos de práticas que estão mudando a vida de milhares de pessoas em todo o país, assim como um grande número de outras políticas públicas que marcam o governo Lula. Queremos ver o Rio Grande crescendo no ritmo do Brasil, com políticas de soberania e desenvolvimento econômico e social, e ao mesmo tempo, recuperar a rica experiência de democracia participativa que praticamos em Porto Alegre e no estado.

Raul Pont é deputado estadual e presidente estadual do PT-RS.

Tânia Meinerz

A pleno vapor. Campanha no Rio Grande do Sul conta com apelo militante do PT.

O desmonte do estado e a oposição necessária

São Paulo. Ninho do PSDB, estado ainda sofre sob políticas neoliberais.

Juliana Terribili

Há quase vinte anos que os tucanos estão à frente do governo paulista. Isso significa que São Paulo é um estado onde o neoliberalismo ainda se mantém fortemente, mesmo sob os avanços do governo Lula, e continua sendo administrado conforme o padrão que levou o país a uma profunda crise econômico-social. No entanto, a atuação apática da imprensa paulista faz com que pareça haver um enorme consenso silencioso em torno das teses do PSDB/DEM.

São peças fundamentais dessa política o arrocho salarial, o corte nos investimentos sociais, a ausência do estado como provedor de direitos e serviços básicos, o sucateamento dos serviços públicos, as privatizações, a criminalização dos movimentos sociais. Tais políticas são implementadas sem grandes dificuldades em São Paulo, isto é, não há questionamento a esse projeto, o oposto do que ocorreu em nível nacional, que levou à eleição de Lula. Os tucanos governam com maioria arrasadora na Assembleia Legislativa e, como já foi dito, contam com o apoio da grande mídia.

A imprensa paulista é uma grande aliada dos governos tucanos no estado, e atua no sentido de legitimar essas políticas de desmonte, e de garantir a tranqüilidade através do silêncio. As manchetes nada trazem que desafie o governo tucano a se posicionar, as principais contradições não ecoam nos noticiários, denúncias acabam abafadas e nenhuma ação ou não ação do governo implica em cobrança.

Consenso imposto

A força do PSDB sugere um artificial consenso, o que também se expressa na ausência de uma oposição política e social organizada capaz de promover um enfrentamento sistemático. É preciso buscar as razões dessa dificuldade, sabendo, também, que a repressão dos tempos de FHC perdura em São Paulo, no sentido de criminalizar os movimentos sociais, acuá-los e combatê-los ferozmente, enquanto a relação com a elite é harmônica e de colaboração mútua. É para esse difícil contexto que temos que mirar através de uma lente crítica e pensar os caminhos para os/as socialistas.

Para isso, não basta ao Partido dos Trabalhadores somente consolidar grandes alianças eleitorais. O desafio do PT nestas eleições será de posicionar-se na conjuntura estadual de forma a apresentar uma alternativa de condução política. De que forma, no estado mais rico da federação, podemos radicalizar a democracia, a inclusão social, a distribuição de renda, a participação popular.

Organizar esse pólo passa por coordenar nossa ação política nos processos de mobilização social e na institucionalidade formal. Assim, uma nova relação com os movimentos sociais é fundamental. É preciso enraizar o partido nos movimentos e dialogar com suas direções. Esses são aliados necessários para que um projeto de superação do neoliberalismo possa ser vitorioso também nas urnas de São Paulo.

Juliana Terribili é integrante do coletivo estadual de mulheres do PT-SP e da direção estadual da Juventude do PT-SP.

"Agricultura familiar é da mais alta relevância"

Entrevista. Elvino Bohn Gass fala dos desafios da Secretaria Nacional Agrária do PT.

Em 2 de maio último, aconteceu o Encontro Nacional Agrário do PT, em São Paulo. Eleito consensualmente como novo secretário setorial nacional, o deputado estadual gaúcho Elvino Bohn Gass fala, nesta entrevista, das tarefas da Secretaria Nacional Agrária do partido em ano de eleição presidencial, das perspectivas para essa área num eventual novo governo do PT, e do diálogo com os movimentos sociais do campo.

Vinícius Reis

Reforma agrária. "Não existe democracia sustentável sem distribuição justa da terra".

O Censo Agropecuário de 2006 comprovou que a Agricultura Familiar é mais produtiva e é responsável por boa parte dos alimentos consumidos no Brasil. Como esse diagnóstico pode ajudar na disputa política pela Reforma Agrária e o apoio à Agricultura Familiar?

Elvino Bohn Gass: A informação mais fundamental que emergiu do Censo Agropecuário de 2006 não foi que a agricultura familiar produz cerca de 70% dos alimentos consumidos no Brasil, o que é, por si só, um dado revelador; mas sim, o tratamento que um setor com essa capacidade estratégica – estamos falando de alimentar o povo brasileiro - exige de quem comanda as políticas públicas da Nação.

Quero dizer que o Censo teve a virtude de respaldar os investimentos que o Governo Lula/Dilma vem fazendo na agricultura familiar. Sim, porque para muita gente, a agricultura familiar ainda carrega um estigma ou um preconceito, como queiram, de produzir apenas para a subsistência e de não ter importância econômica. Bastam cinco minutos de conversa franca com a senadora Kátia Abreu, por exemplo, para que se perceba que, por ela, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) do Governo Lula poderia ser extinto. Aliás, o candidato José Serra parece que concorda com esse absurdo. Talvez devamos lembrar, então, que no oitavo ano de FHC, que Kátia e Serra sustentavam, o governo federal destinou R$ 2,3 bilhões para a agricultura familiar. Pois Lula chega ao seu oitavo ano de governo com um investimento 600% superior. Veja bem, 600%! A mais! Mas não estamos falando apenas de mais dinheiro, mas de políticas públicas muito mais qualificadas, sintonizadas com a realidade da agricultura familiar.

Do ponto de vista político, o caso da Reforma Agrária é parecido. Ninguém admite que é contra, mas muitos lutam para que não aconteça. No Rio Grande do Sul, meu estado, tivemos episódios em que latifundiários impediram a bala a entrada do pessoal do Incra que deveria avaliar a produtividade de suas enormes fazendas. São os mesmos que costumam chamar de bárbaros os homens e mulheres que lutam por um pedaço de terra. E olha que não estou falando do Pará ou do Pontal do Paranapanema (SP), onde os conflitos agrários já causaram muitas mortes, mas de um estado onde há tradição de respeito aos imigrantes que ajudaram a construir a riqueza gaúcha a partir do trabalho na terra. É a prova de que o preconceito e a violência existem, sim, e precisam ser combatidos.

Então, ao constatar que a agricultura familiar produz 58% do leite, 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 50% das aves, 59% dos suínos e 30% dos bovinos, o Censo Agropecuário de 2006 provou que, ao priorizar esse segmento, o Governo Lula está oferecendo segurança alimentar ao seu povo, garantindo a soberania do Brasil e dando à agricultura familiar o devido respeito que ela merece como atividade fundamental no desenvolvimento.

Qual a importância do Setorial Agrário do PT neste ano de eleições presidenciais?

Bohn Gass: Veja bem, a agricultura familiar produziu 40% do Valor Bruto da Produção Agropecuária do país. E além da importância pela produção em si, a agricultura familiar gera 15,3 postos de trabalho a cada 100 hectares, ao passo que a não-familiar, que alguns chamam de patronal ou empresarial, gera apenas 1,7 empregos na mesma área. Vou além: o mesmo Censo nos informa que a agricultura familiar gera R$ 515,00 do valor bruto da produção por hectare por ano, ao passo que a não-familiar gera R$ 322,00 pela mesma unidade de área. O que isso quer dizer? Ora, que é um tema da mais alta relevância no Brasil. E um partido como o PT, que tem como eixo fundamental de atuação a melhoria da qualidade de vida do povo trabalhador, precisa ter propostas sempre atualizadas para quem extrai da terra o seu sustento e que, com seu trabalho, sustenta os demais habitantes da Nação. Assim, o partido deve buscar conhecer todas as experiências bem sucedidas no universo da agricultura, sejam elas no governo federal, nos estados, nos municípios ou nas organizações não-governamentais. Um partido que tenha responsabilidade com o futuro deve estar atualizado das necessidades e modificações do mundo agrário, para que possa formular sempre as melhores propostas na área. Nesse sentido, o Setorial Agrário do PT tem como tarefa conhecer as melhores experiências e propor melhorias e qualificações em termos de políticas públicas. Por muitos anos, este país tratou os agricultores familiares com migalhas e escamoteou o debate da Refoma Agrária. Não há democracia no mundo que seja sustentável sem que, antes, tenha havido a distribuição justa da terra para que ela cumpra sua função social.

> "Nos anos 30, não foi a esquerda a beneficiária da grande crise, mas o contrário."

Quais devem ser as diretrizes do PT para a disputa eleitoral?

Bohn Gass: Fundamental é a manutenção de todas as políticas públicas que temos desenvolvido por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do governo Lula em geral. Programas como o Mais Alimentos, o Proagro Mais, o Seguro Agrícola, o Plano Safra da Agricultura Familiar, o Pronaf qualificado, precisam ser valorizados e ampliados. Mas enquanto Setorial Agrário, é nosso dever sempre apontar os limites e buscar a qualificação e o aperfeiçoamento das políticas. Já fizemos muito, já fizemos mais do que todos os nossos antecessores no governo federal. Mas não fizemos tudo. Há para onde avançar – sempre há -, e penso que é tarefa partidária apontar esse caminho.

Ao mesmo tempo, temos o dever de atuar didática e pedagogicamente junto ao senso comum. Agora, temos o que mostrar. Por exemplo: precisamos consolidar na sociedade a ideia de que a agricultura familiar é fundamental. Quando isso for definitivamente compreendido por todos, a própria sociedade vai defender a agricultura familiar bem como vai cobrar iniciativas que a fomentem. Questões que hoje geram uma polêmica absurda, como os índices de produtividade, por exemplo, seriam muito mais facilmente assimiladas se a sociedade já houvesse compreendido que a terra precisa ter uma função social. Mas isso ainda se discute no âmbito do "a quem interessa", como se atualizar índices de produtividade fosse uma medida que visa a prejudicar este ou aquele. Não! Isto é de interesse do país, pronto, acabou. Penso que é preciso um trabalho educacional forte e a busca de cada vez mais aliados para as questões agrárias essenciais. O PT deve dizer nitidamente ao povo brasileiro que vai aprofundar a Reforma Agrária, que vai continuar oferecendo terra e garantias para que os assentados possam produzir, ter renda e viver com dignidade. E que vai seguir investindo pesado no fomento à agricultura familiar. De nossa parte, o Setorial Agrário vai apontar os limites e buscar, sempre, a ampliação e a qualificação de políticas com esse norte. Em termos eleitorais, devemos mostrar a diferença entre a nossa prática e a de governos que nos antecederam.

Qual o papel do Setorial na articulação entre o partido, o governo e os movimentos sociais?

Bohn Gass: Os movimentos sociais são a vanguarda da política. São eles que oferecem aos formuladores das políticas públicas o objetivo a ser perseguido. Como diz o poeta, "o caminho se faz ao andar". O importante é seguir fazendo, seguir tentando. Haverá tensionamentos naturais entre os que executam os orçamentos e as reivindicações dos que precisam de medidas urgentes. Dialogar é essencial. Guevara nos ensinou que devemos endurecer sem perder a ternura. É fundamental saber quem está conosco e quem luta contra nós. Contudo, o avanço das lutas sociais deve, cada vez mais, instrumentalizar os movimentos organizados para que eles possam exercer, de fato, o controle sobre o que é público. Uma das maiores virtudes do PT é ter tido a nitidez de defender, historicamente, o controle social em todas as áreas de governo. O Setorial Agrário tem, então, a função de dar nitidez às propostas do movimento social, quantificando-as de modo que elas possam ser encampadas como luta partidária responsável e se tornem compromissos a serem perseguidos por um governo.

O papel da juventude nas mudanças

Programa. Conheça propostas da JPT para dialogar com a juventude brasileira.

Carla Bezerra e Eduardo Valdoski

O ano de 2010 será pautado pela polarização entre dois projetos para o Brasil. Estará em jogo o avanço do projeto democrático e popular, representado pela companheira Dilma. Por outro lado, a ameaça de retrocesso ao projeto neoliberal, com suas privatizações e criminalização dos movimentos sociais, representado pela candidatura do PSDB/DEM.

A Juventude do PT, compreendendo a dimensão das tarefas deste ano e o seu impacto para o futuro do Brasil e da juventude, abriu o ano com um intenso processo de mobilização e debate. O Encontro Nacional da JPT, realizado em janeiro, aprovou uma resolução com as diretrizes de juventude que apresentaremos para compor o programa de governo da companheira Dilma (disponível em: http://jpt.org.br/publicacoes/upload/resolucao-enjpt-2010.pdf).

William Pedreira/CUT

Em Fortaleza. Festival sediou apresentação da Plataforma das Juventudes.

Dimensão estratégica

A resolução tem como eixo condutor a definição da dimensão estratégica da juventude para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Ela se dá a partir da compreensão de que a juventude é o segmento etário que sofre mais intensamente as contradições do capitalismo. São aqueles que ocupam os trabalhos mais precários, instáveis, inseguros e com menores salários, concentram índices de desemprego e informalidade acima da média da população economicamente ativa. Ainda, são aqueles mais expostos à violência urbana e a mortes violentas.

O perfil da juventude brasileira é o de uma juventude trabalhadora e predominantemente pobre. De acordo com dados IBGE/PNAD 2006, mais de 90% dos jovens brasileiros vivem em famílias com renda de até 2 salários mínimos per capita. Ainda conforme esse dados, 66% da população entre 14 e 29 anos trabalha ou procura trabalho, parte desses têm que conciliar com os estudos.

A temática de juventude ganha ainda mais destaque ao se verificar que, atualmente, a juventude encontra-se no seu pico populacional, constitui cerca de um quarto da população brasileira. Trata-se do maior número de jovens da história do país e representará, durante um longo período, um contingente expressivo da população.

Não é possível, portanto, pensar o desenvolvimento econômico e inclusão social do país sem considerar a juventude. Está colocado para o próximo governo o desafio de avançar rumo a outro modelo de desenvolvimento, capaz de estabelecer novas relações sociais no Brasil, com a superação de desigualdades sociais e econômicas combinadas ao fortalecimento da democracia e da participação popular.

Diretrizes

Se temos uma juventude marcadamente trabalhadora, parte expressiva dos dilemas e demandas dos jovens está justamente na conciliação do tempo entre trabalho e estudo. Portanto, é uma premissa básica para o nosso projeto o de articular políticas públicas que garantam ao jovem mecanismos a dedicação aos estudos, sem que sua condição social seja um impeditivo, de modo que sua inserção produtiva se dê posteriormente e em melhores condições. Essa agenda deve estar articulada com a noção de direito ao tempo livre, ao maior acesso à cultura, a espaços de participação e socialização, fundamentais para um período de definição de identidade e formação.

Na área da educação, temos que o principal gargalo é o Ensino Médio, nível no qual há redução de matrículas, se comparado ao ensino fundamental, e uma alta taxa de evasão escolar. Isso se deve não apenas ao fato de que muitos jovens deixam de estudar para trabalhar, mas também em função do descolamento da realidade da escola em relação à vida e aos anseios dos jovens.

É preciso repensar a própria função do Ensino Médio, combinando-se a isso políticas de correção da defasagem idade/série, e a integração dos programas sociais ao cotidiano escolar. Políticas de cultura, de integração e mobilidade, de esporte e lazer, dentre outras, devem estar articuladas com o processo de aprendizagem e construção da cidadania.

No âmbito do trabalho, é preciso fortalecer a agenda de promoção do trabalho decente, combatendo mecanismos de precarização e flexibilização das relações de trabalho, às quais os jovens estão mais expostos. É preciso pensar uma política de assistência estudantil para a educação básica, que garanta ao jovem condições de evitar a entrada precoce e precária no mundo do trabalho.

São esses elementos que devem orientar nossa ação política e construção da campanha no próximo período. A aprovação da resolução foi apenas o início de um processo mais amplo de debates, para garantir o enraizamento e aprofundamento de propostas a partir das diretrizes do programa de governo.

Queremos buscar ao máximo mostrar a cara, com comitês de juventude e atividades capazes de pautar nossas bandeiras, de modo a dar protagonismo aos nossos militantes e conquistar corações e mentes de milhares de jovens para o nosso projeto de mudanças do Brasil.

Eduardo Valdoski e Carla Bezerra são membros da Direção Nacional da JPT.

Leitura obrigatória para a esquerda

PNDH3. Plano foi construído depois de 2 anos de amplos debates.

Clarissa Rihl Jokowski

No dia 21 de dezembro de 2010, foi publicado o decreto presidencial nº 7.037, que instituiu o terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos, o PNDH3. Uma avalanche de críticas de setores conservadores recaiu sobre vários pontos do PNDH3, mas a imprensa se esqueceu de noticiar que o documento foi resultado de dois anos de amplos debates, incorporando resoluções da 11º Conferência Nacional de Direitos Humanos e propostas das mais de 50 conferências nacionais temáticas promovidas desde 2003.

Constatando que as políticas públicas que envolvem direitos humanos perpassam a maioria dos Ministérios, a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República teve a iniciativa inovadora de construir o PNDH3 com a assinatura de 31 ministérios. Esse modelo de participação é um dos principais pontos que diferencia o PNDH3 dos anteriores.

O PNDH3 recebeu apoio de diversos setores da sociedade brasileira, tais como OAB, associações de juízes, membros do Ministério Público, Defensoria Pública, UNE, CUT, Contag, MST e inúmeros movimentos em defesa dos direitos humanos. Recebeu também apoio internacional, como o da Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Navy Pillay, autoridades da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA e autoridades em Direitos Humanos do Mercosul e países associados.

Modificações

Buscando se aproximar de um consenso, surgiu o novo decreto presidencial nº 7.177, de 12 de maio de 2010. Revogaram-se duas ações: na Diretriz 10 (Garantia igualdade na diversidade) e na Diretriz 22 (Garantia do direito à comunicação democrática e ao acesso à informação para a consolidação de uma cultura em Direitos Humanos) Outras sete ações foram alteradas. O número de 521 ações propostas revela um pequeno universo atingido, mas as ações mais polêmicas e avançadas do plano foram o alvo.

Recuo estratégico do governo em um momento delicado. Isso leva a entender que a mudança vem de forma gradual, e querendo ou não, envolve diversos atores que pensam de forma diferente, e que, ao serem contemplados no debate, comprometeram-se com a mudança de paradigma em Direitos Humanos. O que se assegurou com estas alterações foi a promoção do diálogo com toda a sociedade, possibilitando uma maior receptividade ao PNDH3, facilitando a execução do plano, a transformação e a manutenção de políticas públicas.

Fica o compromisso de continuarmos lutando para um PNDH4 mais avançado, num governo democrático e popular, em que se espera, cada vez mais, o fim dos preconceitos e o rompimento de estruturas de uma sociedade infelizmente ainda conservadora e com os resquícios de pensamentos da ditadura.

O PNDH3 é leitura obrigatória para nós que somos comprometidos com a mudança de paradigma do nosso país. Defender um plano que avance e contemple os anseios da sociedade no combate à desigualdade, discriminação e opressão, bem como que promova a reparação de injustiças históricas, é tão obrigatório quanto.

Clarissa Rihl Jokowski é coordenadora do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos da Secretaria Especial de Direitos Humanos do Governo Federal. A íntegra do PNDH3, em sua redação final, pode ser encontrada em www.direitoshumanos.gov.br.

Quem vai pagar a conta?

Eurocrise. Desigualdades internas escancaram dificuldades na Europa pós-crise.

Eduardo Mancuso

A situação econômica europeia deve continuar piorando por algum tempo ainda antes de se estabilizar. O presidente do Banco Central Europeu qualificou a situação atual da zona do euro como "dramática" e a pior vivida desde a Primeira Guerra Mundial! Não é para menos: tanto o "plano de resgate" da Grécia de 110 bilhões de euros, como a criação do fundo europeu de quase um trilhão de dólares, que custaram longas negociações aos países da União Europeia e mobilizaram recursos do Fundo Monetário Internacional, parecem não ter sido suficientes para "restabelecer a confiança dos mercados".

Além da queda do euro e da crise do chamado PIIGS (Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha), existe o risco de recaída da economia européia na recessão, pois o desemprego recorde atual (a Espanha alcançou impressionantes 20%) e a histeria dos mercados com o aumento dos déficits públicos da região, exigindo políticas de ajuste antissociais dos governos, podem tornar isso uma realidade. E o pior que pode acontecer com a Europa é não sair da recessão e seguir o exemplo do Japão, que tem sua economia estagnada desde os anos 1990. Isso poderia realmente ameaçar a continuidade do euro e colocar em cheque as bases do projeto de integração da União Europeia.

A resistência necessária

Em plena recessão mundial, o FMI pede aos governos das economias europeias que enfrentem seus déficits públicos, o que já começa a ser concretizado com o brutal "plano de resgate" na Grécia, seguido de duros ajustes na Espanha e Portugal, enquanto a Itália já sinaliza estar cumprindo a sua "lição de casa". Os planos são praticamente iguais, pois têm a mesma matriz e sentido de classe: ataque aos trabalhadores dos setores público e privado, cortes nas aposentadorias, nos investimentos e nos gastos sociais. Os resultados previsíveis apontam para o aumento do desemprego (que já se encontra em níveis recordes na Europa), empobrecimento e perda de poder de compra da população trabalhadora e estagnação econômica.

Esse quadro já está levando a mobilizações sociais e resistência dos trabalhadores nas ruas das cidades européias. O paradoxo da ortodoxia neoliberal é o de impedir a recuperação econômica e, portanto, a melhoria das contas públicas, o que, naturalmente, não irá "tranqüilizar os mercados", que vão continuar pressionando (e desestabilizando) os mesmos governos que os salvaram com a intervenção coordenada durante a crise aguda e o quase colapso do sistema financeiro mundial há pouco mais de um ano, ao custo de trilhões de euros.

Enquanto isso, as agências de classificação de risco rebaixam a qualificação de grandes bancos gregos e ameaçam rebaixar a qualificação das dívidas soberanas de outros países. Também preveem um panorama pessimista para o futuro do euro, agravando ainda mais a crise financeira instalada na União Europeia. Parece que a soberania dos países da Europa não é mais respeitada pelos mesmos "mercados" que foram salvos do dilúvio pelos respectivos Estados.

A política dos governos é jogar o custo da crise em cima da população e terá o efeito de impedir a recuperação econômica da Europa. Cabe aos trabalhadores e a sociedade europeia resistir a isso e lutar para que o custo da crise seja pago pelos seus responsáveis diretos: o grande capital e os mercados financeiros. A chave para superar a crise passa pela construção de um verdadeiro projeto de integração dos povos e dos territórios: uma Europa social, solidária e sustentável.

Grécia

A União Européia (UE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), com a submissão do governo social-democrata grego e diante do rápido agravamento da crise na zona do euro, acordaram um empréstimo de 110 bilhões de euros (depois de muitas idas e vindas e tendo que superar fortes resistências do governo alemão) para a Grécia honrar pagamentos de curto prazo da sua imensa dívida aos principais credores (bancos europeus), cuja contrapartida vai golpear duramente os trabalhadores e aposentados e empobrecer a população do país mediterrâneo.

O "plano de resgate" da Grécia imposto pela UE com o aval do FMI está integralmente dirigido ao pagamento dos grandes credores financeiros, isto é, não haverá um único euro de investimento social ou destinado a ajudar de fato a recuperação da economia grega. Além disso, as taxas de juro cobradas são da ordem de 5%, o que, para os padrões internacionais, constitui uma excelente rentabilidade, e com a segurança do retorno garantida pelas condições draconianas impostas aos gregos, que já estão nas ruas para impedir esse programa antissocial. Isso tudo diz muito em relação ao nível de solidariedade da integração europeia.

O severo plano de austeridade imposto à Grécia, com a concordância do governo e do parlamento, implica em cortes dos gastos públicos de 30 bilhões de euros nos próximos três anos, com reduções salariais, reforma trabalhista para facilitar as demissões ao setor privado, corte nas aposentadorias e reforma do sistema previdenciário, além de forte aumento dos impostos indiretos. Trata-se de uma perversa combinação de ataques a direitos sociais com diminuição do consumo e empobrecimento da população trabalhadora.

Evidentemente, esse plano de "resgate" da Grécia (na verdade, dos credores) aprofundará a crise econômica do país e prolongará a recessão por muitos anos. É escandaloso o contraste com a política dos governos europeus ainda no ano passado, quando injetaram centenas de bilhões de euros nos grandes bancos sem nenhuma exigência e nem ao menos avançarem algum nível de regulamentação sobre o mercado financeiro. Já para um país periférico da União Europeia como a Grécia são impostas condições que significarão forte queda nas condições de vida e de trabalho de milhões de cidadãos europeus.

Diante dessa situação só a mobilização social, as lutas e as manifestações nas ruas da capital Atenas e das outras cidades do país mediterrâneo convocadas por sindicatos e forças políticas de esquerda, pode defender os interesses básicos do povo grego.

Eduardo Mancuso é assessor de cooperação internacional da Prefeitura de Canoas (RS) e integrou o comitê FSM Grande Porto Alegre.

A unidade popular contra o golpismo

Paraguai. Forças progressistas se organizam para impedir avanço da direita.

Fernando Lugo chegou à presidência do Paraguai em 2008 com apoio ativo dos movimentos sociais e populares, encerrando 61 anos de governos corruptos e autoritários do Partido Colorado. Para conquistar essa vitória histórica nas urnas foi necessário constituir uma ampla coalizão eleitoral, composta por forças democráticas e de esquerda, como o Tekojoja, e também por setores conservadores e de centro-direita.

O vice-presidente, do Partido Liberal, que mantém uma tensa relação com o presidente Lugo desde antes da posse; e as forças da direita e da grande imprensa, bem como o oposicionista Partido Colorado, que, após décadas no poder, segue mantendo controle sobre importantes espaços institucionais no Executivo, no Judiciário e nas Forças Armadas; vêm sistematicamente tentando desestabilizar o governo. O presidente Lugo denunciou publicamente essas tentativas golpistas, e recebeu a solidariedade dos líderes da Unasul. Também por isso, foi importante politicamente a negociação sobre a hidrelétrica de Itaipu, realizada com sucesso entre Paraguai e Brasil: o governo Lula agiu solidariamente e reconheceu a legitimidade dos pleitos apresentados pelo governo paraguaio.

O foco mais recente de crise foi o surgimento de uma suposta guerrilha, o Exército do Povo Paraguaio (EPP), que a direita acusa de ter relações com as Farc. Para combater as ações do EPP, o governo Lugo declarou estado de exceção nos cinco departamentos em que se registram ações dos supostos guerrilheiros, e enviou tropas do Exército.

Frente Guazú

Essa difícil conjuntura política motivou as forças populares e a esquerda paraguaia a reagir e impulsionar duas grandes iniciativas que podem abrir um novo ciclo político-organizativo e de mobilização no país. A primeira delas foi o lançamento da Frente Guazú, ainda no mês de março, reunindo partidos e movimentos democráticos, progressistas e socialistas que apoiam o governo Lugo, e que buscam representar "a unidade das forças que estão dispostas a condensar a vontade de todo um povo e transformá-la em propostas políticas de uma nova transformação que inclua as grandes maiorias", segundo o Manifesto de Fundação da Frente Guazú (Frente Grande, em guarani).

Outra iniciativa foi organizar, em 20 de abril, a comemoração do segundo aniversário da vitória do presidente Lugo, levando o povo paraguaio às ruas de Assunção em um ato político que reuniu 50 mil pessoas e foi uma forte resposta da mobilização popular às ações da direita golpista. Sob o lema: "Unidos defendemos a mudança", os movimentos sociais e a esquerda paraguaia foram capazes de convocar e organizar a grande manifestação de massa e iniciar uma experiência de aliança democrática e popular inédita na história moderna do país.

A atualidade da democracia participativa

Revolução democrática. Inclusão política deve estar combinada com inclusão social.

Carlos Henrique Árabe

A luta pela conquista do 3º mandato presidencial pelo PT expressa também a construção de um programa de avanço da experiência de governo desenvolvida nos últimos 8 anos. Nesse programa – que condensa as conquistas atuais e as expectativas de novas conquistas – a questão democrática deve ter um lugar central. A companheira Dilma Rousseff, em seu discurso na Convenção Nacional do PT, considerou que é vital, para o Brasil, uma reforma política que corrija vícios e distorções, que garanta transparência, fortalecimento dos partidos, que estimule o debate público e a participação popular.

Ireno Jardim

Ousadia. OP é instrumento fundamental de democratização do Estado.

Um novo espaço público

O Estado que assumimos ao vencer as eleições de 2002 já passou por mudanças importantes. Elas implicaram numa ampla recomposição do sistema estatal de planejamento (cujo maior destaque é o PAC), de produção (com o fim da privatização e a recuperação de empresas estratégicas para o desenvolvimento) e de financiamento (com o fortalecimento e novo papel do BNDES e dos bancos públicos).

No campo da participação política, também tivemos avanços significativos. Dentre eles, destaca-se a relação democrática com as centrais sindicais, que passaram a intervir na política do salário mínimo e na previdência. Num quadro de crescimento do emprego e de valorização do salário-mínimo, a CUT, sobretudo, ganhou força e tem assumido um papel importante na cena política. No âmbito da agricultura familiar e reforma agrária, o diálogo com as entidades e movimentos dos trabalhadores tornou-se permanente. No campo das políticas públicas, abriu-se um novo espaço de participação democrática através das conferências nacionais. Foram quase 70, em temas como educação, cultura, comunicação. Esse processo sugere novos avanços qualitativos na democratização do país.

A alta aprovação popular ao governo reflete, em grande medida, a redução da pobreza e a distribuição de renda em favor das parcelas mais pobres. Dilma defende eliminar definitivamente a pobreza absoluta em um prazo bastante curto. Combinada com a universalização das políticas públicas, estamos frente à possibilidade de uma inclusão social ainda mais ampla que a que tivemos nos últimos 8 anos.

Qual o potencial democrático dessa conquista? Essa questão fundamental vem sendo tratada nas análises do companheiro André Singer – vide sua entrevista na revista *Teoria e Debate*, maio-junho/2010 – com importantes sugestões de novas conquistas democráticas na participação popular. Ele chama a atenção para o fenômeno político de ampliação das bases tradicionais do PT – e, mais propriamente, do *lulismo* – em direção ao que denomina subproletariado, o que vai muito além da sua inclusão social. Na mesma *Teoria e Debate*, o companheiro Gustavo Venturi mostra os efeitos, para o PT, dessa nova realidade. A base social do partido vai se alargando exatamente junto aos setores mais pobres ao mesmo tempo em que volta a crescer como partido de maior referência para os trabalhadores e a população pobre.

Bases para um salto qualitativo

Esses elementos, que, naturalmente, podem ser ampliados e ganhar novas análises – e, nesse sentido, constituir-se num campo de formulação de novas propostas –, compõem um renovado potencial democrático para o nosso projeto. Já vemos na campanha a "força do povo" expressando-se em ampla adesão à candidatura Dilma, e comportando-se com enorme autonomia frente aos meios de comunicação conservadores. A campanha do PT deverá reforçar essa dinâmica de apoio e participação popular na conquista do 3º mandato presidencial e nas conquistas de governos estaduais e bancadas. E também ampliará o grau de simpatia popular ao próprio partido, reforçando a união das bases sociais de trabalhadores e setores pobres. Nesse contexto, a defesa de uma plataforma especificamente democrática ganha muita força e é um complemento obrigatório ao programa econômico e social.

Um dos objetivos do PT é o de, na campanha, ganhar legitimidade e hegemonia para a reforma política. Pelas experiências anteriores, para adquirir esse sentido, ela tem de significar mais que uma reforma da representação política e avançar para uma reforma democrática do Estado com ampla participação social. Ao mesmo tempo, trata-se de não subestimar o potencial de participação política desencadeado pela nossa experiência de governo. Trata-se, ao contrário, de, além de buscar sua máxima expressão eleitoral, construir novos e possíveis desenvolvimentos democráticos no país.

Desafios programáticos

De um ponto de vista mais largo, temos o desafio de atualizar e desenvolver nosso programa democrático. Nossas experiências anteriores, como a do orçamento participativo, são referências necessárias e insubstituíveis para novas elaborações e aprendizados para a democracia participativa em escala nacional. Além do desafio da mudança de escala – passando do nível local ou estadual para o de país – temos o da nova participação social. A ampla inclusão social refere-se a uma enorme parcela da população com pouca ou nenhuma experiência de organização. Mas que, ao que parece, aprende rápido e pode desenvolver novas práticas democráticas (que, em uma perspectiva histórica, não serão "doadas" mas, em grande medida, "inventadas" por elas próprias).

Assim, estamos frente a um novo e bom problema. Em relação a ele não basta repetir o que já fizemos, por melhor que tenhamos feito. Esse aprendizado teórico e prático da democracia participativa é uma base fundamental para desenvolver o potencial político que está sendo construído em conjunto com a luta pela conquistas eleitorais em curso.

Carlos Henrique Árabe é secretário nacional de Formação Política do PT.

O PT e a participação

Avanço. Reforma política deve superar limites da democracia representativa.

Alessandra Terribili

O PT sempre se orgulhou de ter a participação popular entre seus princípios de governo. A experiência de diversas administrações municipais foi tão exitosa que a direita, ao reconquistar o poder, não pôde simplesmente interromper processos de participação. Foi obrigada a adaptá-los até conseguir descaracterizá-los. Isso também mostra que a democracia participativa deve ser inserida em um amplo programa de mudanças, pois não pode, sozinha, resistir à investidas conservadoras.

Dois desafios se colocam para nós agora. Por um lado, estamos diante de uma possível terceira experiência à frente do Governo Federal. O desafio é aprofundar o programa implementado até aqui e radicalizar nossa experiência democrática à frente do país, construindo novas formas de exercício do poder.

Porém, se essa poderia ser uma consequência do caminho trilhado até aqui, para alguns, dentro do próprio PT, não parece que está claro. No 4º Congresso do partido, uma das polarizações que tiveram lugar foi justamente no tema democracia participativa, em diretrizes de programa de governo. Foi um debate limitado, aquém de debates acumulados anteriormente no PT.

Os limites da democracia representativa são conhecidos. As críticas que o PT tem formulado ao longo desses anos abarcam os vícios do poder nessas esferas, como o coronelismo (em suas mais diversas modalidades, atualizadas, inclusive), a formação de currais eleitorais,a corrupção e a subordinação de escolhas que deveriam ser públicas a uma lógica privada, ditada pelos "de sempre".

O Estado precisa ser mudado, e de forma democrática. Sabemos bem qual foi a dificuldade de se discutir uma reforma política no Congresso Nacional neste último mandato do presidente Lula. A não prioridade dedicada ao tema, o não consenso em torno dele são reflexos de um poder que não pode se autorreformar. Essa é uma disputa permanente da qual não podemos nos omitir. Muito menos se estivermos à frente do poder executivo.

O conservadorismo hermético da forma como o poder político é exercido no Brasil precisa perder hegemonia, a fim de construir uma democracia plena, que definitivamente supere o período de autoritarismo que se viu na história recente, mas também, os séculos de autoritarismo velado que nossa história conheceu.

Alessandra Terribili é integrante do coletivo nacional de mulheres do PT.